

O rápido desenvolvimento científico-tecnológico dos últimos anos está criando uma série de novas relações sociais não regulamentadas pelo nosso ordenamento jurídico, como é o caso das relações decorrentes das técnicas de Reprodução Humana Assistida (RHA). Estas técnicas, assim como outras advindas da "Revolução Biotecnológica", podem se desvirtuar da sua primordial finalidade de preservar, melhorar e salvar vidas humanas, para destruí-las ou prejudicá-las, constituindo possíveis riscos aos direitos humanos individuais, ao bem-estar da sociedade e à condição global da humanidade e por isso estão a exigir o estabelecimento de novos parâmetros morais, éticos e jurídicos. A partir de uma ampla pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e legislativa, e de entrevistas com estudiosos no assunto, foram analisados e discutidos todos os principais problemas decorrentes da RHA (mercantilização de gametas; aluguel de úteros por parte de mulheres estéreis; ameaça de eugenia e de incesto biológico; RHA Heteróloga (com sêmen doado por terceiro) em mulheres casadas, solteiras, homossexuais e de idade avançada; destruição e experimentação em embriões; além das complexidades jurídicas decorrentes: problemas de filiação, parentesco, sucessão - Direito Civil; e problemas de proteção de bens jurídicos fundamentais - Direito Penal) assim como as soluções propostas e adotadas a nível nacional e internacional.